

CARTA DAS/O ORGANIZADORAS/O

Este dossiê procura aprofundar a discussão sobre as relações entre os fazeres musicais, a construção de localidades e o campo do patrimônio cultural no âmbito da cidade de São Paulo, estando relacionado com o convênio entre o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Os autores dos textos aqui publicados participaram do seminário “São Paulo, lugar de encontros: conhecendo patrimônios musicais”, ocorrido entre os dias 31 de março e 1º de abril de 2022, na Biblioteca Mário de Andrade, promovido pelo DPH em parceria com a equipe do projeto temático FAPESP “O musicar local: novas trilhas para a etnomusicologia”. Neste projeto, entre 2016 e 2023, mais de 70 pesquisadores desde a iniciação científica ao pós-doutorado desenvolveram reflexões em torno do conceito de "musicar local", a partir de contextos de pesquisa bastante diversificados.

Neste dossiê, buscamos promover uma troca entre perspectivas distintas sobre a construção de significados e comunidades, tomando a cidade de São Paulo como local de especial interesse para compreender como acontecem as práticas culturais e como elas são impactadas por políticas públicas, em diversas dinâmicas de demandas, resistências e definições.

Em especial, buscamos abranger a participação de pessoas envolvidas com os fazeres musicais, dialogando com as preocupações tanto de setores técnicos dos órgãos de patrimônio cultural quanto do campo acadêmico. O objetivo foi contemplar essa diversidade de perspectivas sobre o patrimônio musical e pensar no fazer da preservação cultural e da cidade enquanto processos mais amplos, tendo em vista os paradigmas contemporâneos de pesquisa e a estruturação do campo patrimonial, particularmente a partir da década de 1980, como no artigo 216 da Constituição Federal e na construção das políticas de patrimônio cultural imaterial no âmbito nacional e na UNESCO.

Um ponto de partida para a organização do seminário foi a constatação de um número relativamente pequeno de ações de pesquisa e identificação dos fazeres musicais que ocorrem em São Paulo e que podem ser entendidos dentro do campo do patrimônio cultural, este pensado também a partir das ações e leituras na esfera dos órgãos estatais de preservação.

O tema é relevante considerando-se que os fazeres musicais relacionam-se com a produção de localidades e comunidades, podendo assim serem tratados na esfera do patrimônio cultural e de seus respectivos instrumentos de proteção. Ainda, a abordagem de São Paulo como caso para reflexão é oportuna pois a cidade foi marcada por diversos processos de migração ao longo de sua trajetória de urbanização e da transformação de seu território que, anteriormente, havia sido ocupado por grupos indígenas, contando assim com diversas camadas históricas de ocupação, usos, construções, destruições, demolições, apropriações e reapropriações, tanto materiais quanto imateriais.

A relação da cidade com ações que buscaram preservar algo lido como seu passado não deixa de ser também um caso interessante de análise, posto que o campo do patrimônio cultural historicamente privilegiou uma parcela dos espaços construídos – majoritariamente edifícios coloniais que ainda permaneciam nas décadas de 1930 a 1950, e conjuntos urbanos diversos, ligados à urbanização da virada para o século XX e a industrialização da cidade. Mesmo hoje, quando as políticas públicas voltadas para o patrimônio material estão mais desenvolvidas e consolidadas em níveis federal e estaduais, ainda se observam poucas ações de inventário e registro de práticas que poderiam ser consideradas bens culturais imateriais ligadas à cidade. Frente às mais de 240 resoluções de tombamento, conta-se atualmente com apenas cinco registros feitos pelo conselho municipal de patrimônio, e a interface entre os bens imateriais reconhecidos em nível nacional e sua atuação na cidade de São Paulo é ainda menor. Ou seja, mesmo considerando as instâncias diversas dos órgãos de preservação, cabe pontuar que práticas sociais como formas de celebração, de expressão ou ofícios foram pouco observadas como parte do patrimônio cultural na cidade de São Paulo.

Para o seminário, além dessas questões já expostas, procuramos abordar os diversos métodos utilizados na pesquisa dos fazeres musicais e suas relações com a localidade: ensaios fotográficos e audiovisuais, intervenções musicais e apresentações de experiências foram incorporadas ao formato mais tradicional da apresentação oral e da escrita etnográfica.

A imagem de capa desta edição da revista é de autoria de Kelwin Marques Garcia dos Santos, que publica aqui um ensaio fotográfico com o Maracatu Ouro do Congo, coletivo da zona sul de São Paulo filiado ao Maracatu Encanto do Pina, importante nação recifense. O “ouro do Congo” é, de acordo com o autor, a ancestralidade personificada na figura dos pretos e pretas velhas, das rainhas e reis congos, tesouro da memória, produção, articulação e transmissão de conhecimentos. O trabalho nos sugere que conhecimentos afro-brasileiros presentes na tradição

do maracatu articulam-se em trânsitos – tanto nos fluxos afro-atlânticos da diáspora africana, como aqueles nacionais, que ligam Recife a São Paulo. E o ensaio fotográfico evidencia a potência da etnografia visual como recurso valioso no estudo de patrimônios culturais.

Nos acervos da memória de uma paulistana, a música e pesquisadora Renata Amaral, cabe todo o Brasil. Em um ensaio fotográfico, a autora apresenta o Acervo Maracá, que reúne milhares de registros audiovisuais recolhidos desde 1991 em mais de 100 comunidades de 56 municípios, em 15 estados brasileiros. Sua contribuição a este dossiê é um recorte estético de encontros e diálogos com a arte popular que encontra nas andanças pelo país. O patrimônio cultural reverbera na recriação e no diálogo, em uma prática que se distancia da conservação estanque de saberes e tradições.

O depoimento de Isabel Cristina Correia dos Santos acerca da patrimonialização do Forró pelo IPHAN revela os meandros deste processo, desde seu início no Fórum Nacional do Forró de Raiz, em 2011, a conclusão, em uma movimentação que abarcou 14 estados brasileiros, o “Movimento Forró Patrimônio Cultural”, constituída por membros da Comunidade Forrozeira, profissionais e/ou simpatizantes, com o intuito de alcançar o reconhecimento do valor dos saberes e fazeres da manifestação cultural do Forró e suas matrizes. Isabel destaca a importância da intensa participação dos detentores nos resultados da criação das políticas culturais, “seja no processo de patrimonialização do bem cultural em si, bem como a efetivação das ações para a sua salvaguarda”.

Outro processo de registro de patrimônio cultural é objeto da análise de Luciana Rosa, no relato de experiência intitulado “Memórias e registros do choro paulistano: o choro como patrimônio cultural”. Luciana atuou como pesquisadora assistente neste processo que teve início em 2020 junto ao IPHAN, e relata suas particularidades de levantamento, bem como suas interações com os detentores e considerações sobre concepções de patrimônio como um processo contínuo e conectado às transformações geradas pela história.

Na perspectiva dos pesquisadores do projeto "O musicar local" a cidade não é apenas um palco de manifestações da sociabilidade musical, ela também é um elemento constitutivo de musicares diversos.

No artigo "Novo Anhangabaú: o skate vale o palco", Julio Cesar Stabelini traz a instigante proposta de pensar o skate como forma de engajamento musical com o ambiente urbano, como uma prática cujos ritmos emergem em diálogo com ambiências ou paisagens sonoras. Patrimônio edificado e patrimônio imaterial se encontram em uma prática urbana que

não associamos diretamente com a música, mas que o antropólogo decifra a partir do conceito de "musicar", cunhado por Small (1998) para descrever diferentes formas de engajamento musical. Articulando conexões entre música, cidade e skate, Júlio mostra como esta prática envolve diferentes formas de “musicar”, resultando em composições e expressões que são tanto individuais quanto coletivas, visto que remetem para elementos compartilhados por seus praticantes, reconhecidos e reproduzidos socialmente.

Meno Del Picchia compartilhou com Júlio Cesar Stabelini a mesa "Palcos", por nós organizada no seminário. Se o palco dos skatistas é o Vale do Anhangabaú, para a juventude do funk, as ruas são os palcos dos "fluxos", lugar efervescente onde musicar se faz por meio de agentes humanos e não-humanos, como os paredões (sistemas de alto-falantes superpotentes) e os corpos que dançam ao som da música urbana. O tema é discutido no artigo "Um musicar dos paredões: fronteiras sonoras da quebrada".

O antropólogo Luiz Henrique de Toledo foi convidado a debater as apresentações de Meno e Júlio, na sessão que foi encerrada com uma apresentação de Chapinha, sambista, compositor e um dos fundadores da Comunidade do Samba da Vela, movimento cultural da zona Sul de São Paulo, e um dos mais importantes do país. No artigo "A sabedoria das paredes: escuta etnográfica e cidade", Toledo, que também é compositor e sambista, dialoga com seus parceiros de mesa e chama a atenção para a necessidade de uma “escuta etnográfica” atenta a um “fazer soar” como modo privilegiado para perceber e revelar os emaranhados de relações entre "sons, materiais, escalas, gostos e estilos de vida que são demarcados por porosidades simbólicas sonoras no meio urbano".

Esperamos que as escutas que compartilhamos neste dossiê façam soar as práticas, sensibilidades, criatividade, instrumentos e corpos que fazem de São Paulo um lugar de encontros, onde patrimônios musicais são compartilhados e experimentados, ressoando na cidade, amplificando a cidade.

As/o organizadoras/o,

Lorena Avellar de Muniagurria

Luca Fuser

Rose Satiko Gitirana Hikiji